



# Percepção de estudantes de Ciências Contábeis quanto à inclusão de pessoas com deficiência na área contábil

O objetivo do estudo foi verificar a percepção dos estudantes de Contabilidade quanto à inserção de PcD tanto no ambiente acadêmico como no mercado de trabalho. Para tal foi realizada uma pesquisa do tipo *Survey* com alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana. O questionário adotado foi analisado quantitativamente por meio da estatística descritiva e análise inferencial. Como principais resultados, constatou-se que os alunos se apresentavam receptivos quanto à inclusão de PcD no ambiente acadêmico contábil e enxergam o pleno potencial de atuação desses indivíduos no mercado de trabalho. Os discentes, em sua maioria, entendem que a atuação de PcD no ambiente profissional promove um processo de reflexão para os demais colegas, além de auxiliar na autoestima dos portadores de necessidades especiais. Ao mesmo tempo, constrói um país mais justo. Este trabalho pôde contribuir para trazer um panorama à Instituição de Ensino onde foi realizada a pesquisa sobre a formação social dos seus estudantes. Além disso, permitirá que empregadores da região percebam os valores dos novos profissionais. Também fornecerá ao Conselho Regional um vislumbre dos aspectos éticos dos novéis contabilistas visando uma ampliação da discussão deste tema na região.

Gabriel Santos de Jesus

Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Sergipe (UFS) campus de Itabaiana.

*E-mail:* gabrieljesus55@hotmail.com

Nadielli Maria dos Santos Galvão

Professora Assistente da Universidade Federal de Sergipe (UFS), campus de Itabaiana. Mestra e Bacharela em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Pernambuco.

*E-mail:* profa.nadielligalvao@gmail.com

2176 – Recebido em 26/6/2019. Distribuído em 26/06/2019. Pedido de revisão em 7/8/2019; 26/8/2019 e em 2/9/2019. Resubmetido pelo autor em 13/8/2019; 28/8/2019 e 4/9/2019. Aprovado em 28/10/2019, na sexta rodada, por dois membros do Conselho Editorial. Publicado na edição novembro-dezembro de 2019. Organização responsável pelo periódico: Conselho Federal de Contabilidade.

## 1. Introdução

À medida que a história avança, os costumes e práticas da sociedade também são alterados e evoluem (MILLÉO, 2014). Dentro dessa perspectiva, encontra-se a visão da comunidade acerca das minorias, grupo assim denominado não pelo aspecto quantitativo, mas pelos parâmetros de análise das relações existentes entre aqueles que pertencem ao grupo dominante e ao grupo dito como dominado (MIZUTANI, 2011). Dentro dessa perspectiva, Martins e Mituzani (2011) exemplificam as minorias como os grupos formados por afrodescendentes, mulheres, índios, portadores de necessidades especiais, homossexuais, judeus, ciganos e quilombolas. No que tange às pessoas com necessidades especiais, também conhecidas como Pessoas com Deficiência (PcD), estas têm recebido ao longo da história diversos tratamentos, sendo que antigos povos chegavam até mesmo a excluir tais indivíduos do convívio social, inclusive a exterminá-los. Só na história mais recente da humanidade que essas pessoas começaram a ser enxergadas, de forma mais ampla, como sujeitos de direito (LEONART, 2007).

No entanto, ainda há muito que avançar, principalmente, no que tange à inserção de PcD no mercado de trabalho visto que estes indivíduos ainda sofrem o preconceito de serem considerados menos capazes por conta de suas limitações (CASTRO; AMARAL; BORGES, 2017). Porém, para que este estigma seja quebrado, torna-se necessário uma mudança no processo de formação dos futuros profissionais, ou seja, é relevante que a transformação comece inclusive nas universidades. Auad e Conceição (2008, p.151), ao entrevistarem estudantes portadores de deficiência em uma Instituição de Ensino Superior, identificaram que estes consideram que o ambiente acadêmico foi onde “se sentiram mais acolhidos e onde desenvolveram laços de amizade e afetividade”. Dessa forma, entende-se que o contexto universitário é significativo para a integração dessas pessoas na sociedade.

Quase 24% dos brasileiros possuem algum tipo de deficiência, no entanto, apenas 1% estão empregadas (VERDÉLIO, 2017). Por outro lado, no ensino superior, em 2017 ocorreram 8.286.663 matrículas, tanto nas instituições privadas como públicas. Porém, apenas 38.272 eram de alunos que possuíam alguma deficiência (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2017).

No que se refere à área contábil, dados recentes apontam que existem no Brasil 351.267 profissionais cadastrados como contadores e 167.298 como técnicos em contabilidade (CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2019). No entanto, ainda não há uma participação expressiva de PcD nesse

campo de trabalho (JESUS et al., 2019). Dessa forma, torna-se relevante entender como tem sido a receptividade para com os estudantes que possuem alguma deficiência desde a entrada na universidade, o que pode refletir em seus ingressos também no mercado de trabalho.

Diante do exposto, surge o seguinte questionamento: **Como os estudantes de Ciências Contábeis enxergam a inserção de PcD na área contábil?** Assim, o desiderato do presente estudo é verificar a percepção dos estudantes de Contabilidade quanto à inserção de PcD tanto no ambiente acadêmico como no mercado de trabalho. Este estudo torna-se relevante por trazer um diagnóstico para as instituições de ensino acerca da inclusão e aceitação dos discentes para com os estudantes PcD. Também ajudará os empregadores a perceberem como os futuros profissionais estão sendo formados e se estes estão aptos a atuar em um mercado plural. Será de valia também para os Conselhos Regionais de Contabilidade compreenderem melhor a situação dos contadores em formação para assim criarem campanhas de conscientização. Além disso, o trabalho justifica-se por existirem trabalhos que apresentem o objetivo de verificar a inserção de PcD no ambiente acadêmico e profissional de forma mais específica, pois, tal como apresentado na seção de revisão de literatura, os estudos anteriores abrangeram outras áreas profissionais, ou o ambiente acadêmico de forma mais amplo.

## 2. Revisão de literatura

O último censo demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010, indicou que 45,6 milhões de pessoas no Brasil declararam possuir algum tipo de deficiência.



“Os resultados apontaram que todos os professores consideraram como positiva a interação com esses alunos em classe. A maioria deles informou que a experiência foi facilitada pelo fato de possuírem experiências familiares com pessoas portadoras de deficiência, o que colaborou na abordagem.”

Esse número corresponde a quase 25% da população nacional (LEAL, THOMÉ 2012). Todavia, mesmo com essa alta proporção, ainda são necessárias ações de mobilização para inserção desses indivíduos na sociedade de forma mais ampla. Fernanda Maria Pessoa di Cavalcanti, responsável nacional pelo projeto de inserção de pessoas com deficiência, em entrevista à Folha Dirigida (2017), destacou que é necessária uma mobilização de diversos setores, órgãos e atores locais para que seja alcançado um efeito positivo no processo de inclusão social. A Lei n.º 8.213, de 1991, conhecida como lei das Cotas, é um instrumento normativo legal que obriga as empresas com número igual ou superior a 100 funcionários a preencherem parte de seu quadro de pessoal com profissionais PcD, sendo passível de multa, caso haja descumprimento.

Quanto a pesquisas na área, conforme pesquisa no Portal de Periódicos da Capes, no mês de junho de 2018, sendo que, até o momento supracitado, não havia artigos relacionados com a inserção de PcD no ambiente acadêmico e profissional contábil. Os estudos que mais se aproximaram dos objetivos deste estudo são aqui discutidos. Filtrando para os estudos internacionais, ci-

ta-se o trabalho de Duff, Ferguson e Gilmore (2007), que investigou a percepção de profissionais de Recursos Humanos no Reino Unido sobre a contratação de pessoas com deficiência para atuarem na área contábil. Os entrevistados apresentavam um bom conhecimento acerca da legislação em vigor no país sobre a contratação de PcD. Por outro lado, os autores verificaram que os respondentes sentiam resistência em contratar profissionais com deficiência mental. Os profissionais de Recursos Humanos também informaram que há a limitação das instalações dos seus principais clientes, o que pode dificultar a contratação de PcD. No entanto, os autores defenderam que, em vez de as empresas de recrutamento aceitarem passivamente essas condições, essas deveriam conscientizar seus clientes acerca da necessidade de uma inserção de pessoas com limitações físicas.

No que se refere à inserção de pessoas com deficiência no ambiente acadêmico inglês, O'Connor et al. (2012) procuraram explorar a percepção de professores universitários que atuaram em salas de aula com alunos portadores de deficiência. Os resultados apontaram que todos os professores consideraram como positiva a interação com esses alunos em classe. A maioria de-

les informou que a experiência foi facilitada pelo fato de possuírem experiências familiares com pessoas portadoras de deficiência, o que colaborou na abordagem. Percebeu-se também que a inserção desses alunos promove nos professores uma busca por novas estratégias de ensino melhorando a qualidade das aulas ministradas.

Realidade díspar é encontrada no estudo de Mutanga e Walker (2017), realizado em duas universidades sul-africanas. O objetivo do estudo foi explorar as experiências dos docentes e discentes em instituições que agregam alunos portadores de deficiências. Destacou-se que os professores entendem que devem criar uma atmosfera inclusiva, no entanto, esses enxergam diversas barreiras institucionais para tal, pois são impulsionados a preocupar-se muito mais em atingir a carga-horária e o conteúdo por disciplina, do que em dar assistência aos alunos com necessidades especiais. Por outro lado, os autores ainda observaram que os professores também encontram dificuldades no fato de muitos alunos portadores de deficiência se acomodarem em tal situação e não perceberem que precisam tornar-se mais ativos.

Por outro lado, Emong e Eron (2016) procuraram investigar como

está a inclusão de pessoas com deficiências nas Universidade de Uganda. Os autores levaram em conta que em 2008 entrou em vigor a legislação sobre Direitos Humanos no país, que estabeleceu o acesso sem discriminação das pessoas deficientes à educação. No entanto, os pesquisadores constataram que no ensino superior ainda existe uma certa tendência de exclusão principalmente em temas como admissão de estudantes, acessos a eventos, avaliações, exame, serviços, residências entre outros. Por fim, Griffin et al. (2012), procuraram investigar a percepção dos alunos que não possuem deficiência quanto à inserção de PcD nos Estados Unidos. Verificou-se que os alunos possuem atitudes positivas no que tange à inclusão dos discentes portadores de necessidades especiais. Algumas diferenças sutis entre os grupos foram constatadas, pois estudantes do gênero feminino, bem como aqueles que já interagem com deficientes, seja na família, na escola, ou no ciclo de amizades, mostraram-se ainda mais abertos à inclusão.

Quanto aos estudos no âmbito nacional, menciona-se Ciantelle e Leite (2016), que objetivaram traçar um panorama de ações exercidas pelos núcleos de acessibilidade no tocante à participação de pessoas com deficiência nas Instituições de

Ensino Superior. Ao fazer a análise dos perfis dos núcleos de acessibilidade das universidades, os autores puderam constatar ações que se referem à estrutura física, humana e técnica para remoção de barreiras arquitetônicas comunicacionais, instrumentais, metodológicas, programáticas e atitudinais. Foi evidenciada também uma necessidade de maior investimento da universidade em programas de acessibilidade visando a sensibilização, promovendo informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras supracitadas.

Melo e Araújo (2018), por sua vez, estudaram a atuação do núcleo de acessibilidade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), objetivando discorrer posteriormente a uma reflexão sobre tal experiência, buscando assim contribuir com as discussões acerca da inclusão e aprimoramento dos núcleos de acessibilidade nas universidades, bem como suscitar algumas reflexões acerca do trabalho que a instituição vem desenvolvendo. Os autores chegaram à conclusão de que a criação da Comissão de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Caene) foi um marco histórico na UFRN e serviu de grande colaboração para que os es-

tudantes PcD saíssem da invisibilidade alcançando melhorias em seu desenvolvimento acadêmico, formando importantes alicerces para a conclusão do curso com sucesso.

Wellichan e Souza (2017) voltaram sua atenção para discutir a importância da inclusão do aluno com deficiência no ensino superior, buscando na literatura da área da Educação e do Direito subsídios para chegar a conclusões concisas. Foi possível perceber que quando se fala em inclusão e acessibilidade não se pode tratar apenas das questões de estrutura e acesso físico. Os autores notaram que no ensino superior as barreiras são diversas, abrangendo outros campos que precisam ser considerados em sua totalidade a fim de receber e manter o aluno PcD até a conclusão do curso. Ainda foi possível concluir que há muito a ser feito em termos estruturais, físicos e principalmente nas ações pedagógicas e de gestão, uma vez que são essas as grandes responsáveis pela inclusão desse público no ensino superior.

Além disso, Maciel e Anache (2017) produziram um trabalho científico cujo objetivo foi analisar o mesmo projeto, Programa Incluir – Acessibilidade na Educação Superior, como estratégia de permanência da pessoa com deficiência nes-

“Foi evidenciada também uma necessidade de maior investimento da universidade em programas de acessibilidade visando a sensibilização, promovendo informação, conhecimento e conscientização dos dispositivos legais e políticas relacionadas à remoção das barreiras supracitadas.”

sa etapa de formação educacional. Foi concluído que as universidades nacionais ampliaram as ações de permanência destinadas aos estudantes deficientes. No entanto, são várias as limitações do Programa e dos Núcleos de Acessibilidade que os impedem de atingir muitos dos seus objetivos propostos, tal como garantir a permanência do aluno com deficiência na educação superior.

Por fim, Santana (2016) procurou investigar e discutir as condições de permanência dos universitários surdos a partir da visão de estudantes e professores. Por meio de seu estudo, a autora pôde evidenciar que a realidade dos deficientes auditivos no ensino superior parece não ser diferente da realidade daqueles que estão na educação básica no Brasil.

Assim, com base na literatura levantada é possível perceber que até o momento de realização desse estudo não havia pesquisas relacionadas com a área contábil e a inserção de estudantes neste curso realizadas no Brasil, sendo que esse é o objetivo do atual trabalho, sendo relevante pesquisar sobre o tema na área citada, diante do seu constante crescimento na sociedade brasileira, o que pode levar pessoas com deficiência a procurarem adentrar também nesse setor de trabalho. No entanto, para o alcance do desiderato proposto, torna-se necessária a realização de procedimentos metodológicos os quais são discutidos na seção a seguir.

### 3. Metodologia

Para sua execução, a pesquisa pautou-se em uma tipologia descritiva, pois buscou compreender as características de uma determinada amostra, sendo que, para entender o grupo estudado, se baseou em uma abordagem quantitativa, a qual, por meio de técnicas estatísti-

cas, procurou descrever significados inerentes aos objetos da pesquisa.

Para coletar os dados necessários, foi adotado um questionário com perguntas fechadas. O instrumento de coleta foi dividido em três blocos, sendo o primeiro relacionado com o perfil do respondente; o segundo tratava da inserção dos estudantes com deficiência no ensino superior, o qual foi adaptado de Griffin et al. (2012); e, por fim, o terceiro tratava da inserção do estudante PCD no mercado de trabalho contábil, o qual foi adaptado do estudo de Jesus et al. (2018). Um resumo da ferramenta de pesquisa é apresentado no Quadro 1.

As perguntas dos blocos 2 e 3 foram apresentadas por meio da escala Likert de 5 pontos, onde 1 significava “discordo totalmente” e 5 “concordo totalmente”, sendo o questionário direcionado aos

alunos não portadores de deficiência. O instrumento de pesquisa foi aplicado na Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana, no segundo semestre de 2018. Tal instituição foi escolhida por conveniência de acesso. No momento da realização da pesquisa, havia 306 alunos vinculados, sendo que três apresentavam deficiência física.

Inicialmente, a análise quantitativa foi feita por meio da estatística descritiva, a fim de verificar a média de respostas e frequência de cada percepção. Em seguida, foi aplicado o teste de Diferença de Médias Qui-Quadrado, a saber, a análise inferencial, cujo objetivo é verificar a diferença entre os grupos existentes, mais especificamente no que se refere ao gênero do respondente; a relação anterior com PcD, seja no âmbito familiar ou no ciclo de amizade. Com isso, foi possível perce-

Quadro 1 – Resumo do questionário

Quadro 1 – Resumo do questionário	
Bloco 1 Perfil do respondente	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gênero, idade, período do curso, possui familiar PCD, já estudou/trabalhou com PCD</li> </ul>
Bloco 2 Inserção na Universidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Sinto-me confortável em interagir com alunos portadores de deficiência;</li> <li>• Os estudantes portadores de deficiência física são tão capazes quanto os que não possuem limitações;</li> <li>• Os estudantes portadores de deficiência intelectual são tão capazes quanto os que não possuem limitações;</li> <li>• Estou disposto a interagir com alunos portadores de deficiência;</li> <li>• O professor tende a deixar a matéria mais fácil quando tem estudante portador de deficiência na classe;</li> <li>• Não sei como agir diante de um estudante portador de deficiência;</li> <li>• Os alunos portadores de deficiência não se sentem bem em sala de aula;</li> <li>• Os professores dão mais atenção aos alunos portadores de deficiência</li> <li>• A instituição conta com boa estrutura física para atender estudantes PCD.</li> </ul>
Bloco 3 Inserção no mercado de Trabalho	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O estudante portador de deficiência não irá encontrar dificuldades nas atividades exercidas na área contábil;</li> <li>• Os empregadores da área contábil estão abertos para a contratação de pessoas com deficiência;</li> <li>• O estudante portador de deficiência se forma tão preparado para o mercado de trabalho quanto um estudante sem deficiência;</li> <li>• Não importa a deficiência, qualquer pessoa pode exercer atividades contábeis;</li> <li>• Os escritórios contábeis devem investir em acessibilidade visando a contratação de pessoas com deficiência;</li> <li>• Um deficiente físico está mais apto para exercer a profissão contábil do que um deficiente intelectual;</li> <li>• Contratar uma pessoa com deficiência ajuda na criação de um país mais justo;</li> <li>• Contratar uma pessoa com deficiência ajuda na autoestima deste cidadão;</li> <li>• Contratar uma pessoa com deficiência traz uma reflexão para aqueles que estão ao seu redor sobre como é possível ultrapassar barreiras;</li> <li>• O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais devem criar ações para uma conscientização sobre a inclusão de pessoas com deficiência na área contábil.</li> </ul>

Fonte: elaboração própria

ber se mulheres possuem uma percepção diferente dos homens sobre o tema; se o fato de o respondente ter familiar ou amigo PcD interfere na sua forma de enxergar a inserção desses no ambiente acadêmico e de trabalho. Foram coletados 161 formulários, sendo que 152 foram considerados válidos por terem sido respondidos em sua completude. Após a realização dos passos metodológicos aqui traçados alcançou-se o objetivo da pesquisa, sendo a discussão dos resultados atingidos destacada a seguir.

## 4. Resultados

### 4.1 Descrição dos dados

#### 4.1.1 Perfil dos Respondentes

Com base nos dados coletados, percebe-se que a proporção de alunos que se identificam com gênero masculino (82,54%) e feminino (70,46%) é bem próxima. A área contábil foi marcada, por um longo período, pela participação ativa da figura masculina que, por certo tempo, monopolizou a profissão. Feliciano (2018) defendeu que a expectativa é de que em menos de 10 anos o cenário seja de equidade total entre os gêneros.

A faixa etá-

ria dos respondentes variou entre 17 a 40 anos de idade, sendo que a maior parte da amostra se concentrou no intervalo de 18 a 24 anos. Em seguida, foram realizadas perguntas das esferas familiar, profissional e acadêmica visando conhecer melhor o perfil dos alunos que se dispuseram a responder ao questionário. Grande parte dos respondentes da pesquisa afirmaram não ter familiar/parente PcD ou ter trabalhado com alguém que apresentasse essa condição. Porém houve uma diminuição da negação quando os respondentes foram questionados sobre já terem estudado com PCD. Assim, entende-se que o convívio nos ambientes acadêmicos proporcionou aos participantes da pesquisa uma integração como pessoas com deficiência.

No que se refere à questão familiar, 84% dos respondentes afirmaram não ter PcD na família, sendo que, entre aqueles que afirmaram ter a maioria, sinalizou que há deficientes físicos no grupo familiar ao qual pertencem. Quanto aos que afirmaram ter alguma experiência de convívio com PcD em ambiente de trabalho, a maioria também apontou que o contato foi com pessoas portadoras de deficiência física, havendo também a existência de alunos que trabalharam com deficientes visuais (3%), fato que não ocorreu no ambiente familiar nem acadêmico.

Já no que se refere a ter estudado com PCD, a maioria apontou ter estudado com deficientes físicos. Ressalta-se que os deficientes auditivos, por sua vez, mesmo em percentual menor estiveram presentes em todas as esferas, e que não houve ocorrência que apontasse que algum dos respondentes já tinha estudado com deficiente intelectual.

#### 4.1.2 Percepção dos respondentes sobre inserção de PCD

Após as perguntas de identificação do perfil dos respondentes, foi solicitado no mesmo questionário que eles indicassem o nível de concordância com cada frase exposta relacionada com a inserção da PcD no ambiente acadêmico e profissional. Para isso, utilizou-se uma escala de 1 a 5 onde o número 1 significava “discordo totalmente” e o 5 “concordo totalmente”. As afirmações foram divididas em dois blocos. O primeiro tinha como alvo identificar a percepção da inserção da PcD na universidade. O Gráfico 1 apresenta a média aritmética das respostas apresentadas neste aspecto pelos discentes participantes do estudo, sendo que quanto maior a média maior o nível de concordância. Nota-se que quase todos os participantes afirmaram estarem dispostos a interagir com alunos com deficiência. Masini e Bazon (2005) encontraram um resultado semelhante ao entrevistar alunos com deficiência e lhes perguntar como os colegas de classe poderiam ser um fator que favorecia o convívio na universidade. A maioria dos entrevistados portadores de deficiência afirmou que mantinham um bom contato com os demais estudantes e recebiam ajuda deles, tal como emprestar o caderno para copiar os assuntos. Os entrevistados com deficiência visual afirmaram também manter relação mais íntima com os colegas relatando que saíam com os demais nos fins de semana. A interação de PcD com seus colegas de turma pode ser um fator muito importante para o desempenho acadêmico e continuidade dos estudos, tanto que no trabalho supracitado eles afirmam ser uma condição que ajudava no âmbito universitário. Assim entende-se que o fato de o estudante não portador de deficiência estar disposto a interagir com os discentes PCD favorece o processo de inclusão.



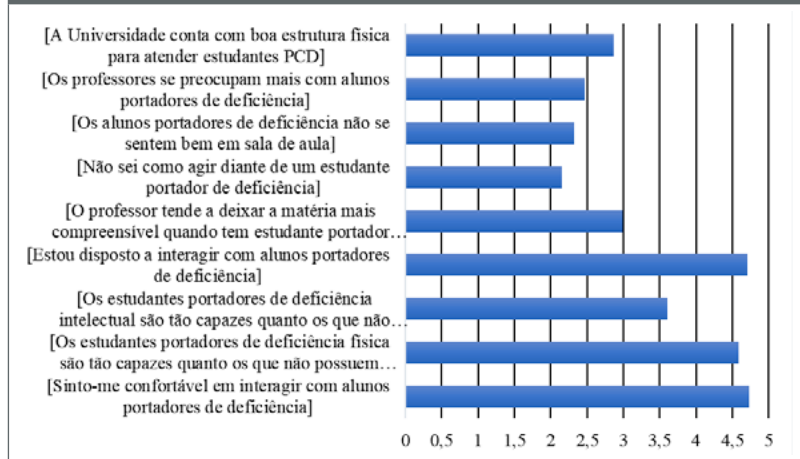
O último bloco de perguntas teve como objetivo identificar a percepção dos estudantes quanto à inserção de PcD no campo profissional. Ao observar o Gráfico 2 percebe-se que os maiores níveis de concordância se concentram nas afirmações de cunho social positivo como: possibilidade de um país mais justo contratando PcD; a contratação colabora na autoestima do cidadão portador de deficiência e que isso pode causar reflexão nos não portadores de deficiência sobre como é possível ultrapassar barreiras. No tocante às dificuldades que poderiam ser encontradas para exercer a função contábil e sobre os empregadores estarem abertos à contratação de PcD os estudantes mostraram-se mais céticos. Belchior et al. (2017) ao realizarem um estudo em Ribeirão Preto sobre contratação de PcD em escritórios de contabilidade na região, notou que as organizações pesquisadas não possuíam instalações adequadas para a contratação de PcD, todavia, chegaram à conclusão de que o maior empecilho para a inclusão dessas pessoas é o aspecto cultural.

Em seguida foi testado se as características do perfil impactavam a percepção dos discentes.

#### 4.2 Análise inferencial

A análise inferencial foi realizada visando compreender a existência de diferenças nas percepções entre os grupos de respondentes da amostra. A princípio verificou-se se o gênero influencia, ou não, a percepção dos estudantes quanto à inserção de PcD na vivência acadêmica. Os resultados revelaram que, na maioria dos casos, o gênero indicado não exerce influência. No entanto, percebeu-se que o gênero foi expressivo na assertivas 'estou disposto a interagir com alunos PcD', no qual as mulheres apresentaram uma média maior (4,929) denotando maior concordância do que os

Gráfico 1 – Percepção sobre a inserção de PCD na universidade



Fonte: dados da pesquisa

Gráfico 2 – Percepção sobre a inserção de PCD no mercado de trabalho contábil



Fonte: dados da pesquisa

homens (4,512). Apesar de sutil, a diferença mostrou-se estatisticamente significativa. A segunda afirmação, na qual o gênero mostrou-se significativo, foi "O professor

tende a deixar a matéria mais compreensível quando tem estudante portador de deficiência na classe". Para tal, as mulheres apresentaram uma média menor (2,814), revelan-



do maior discordância com a sentença, do que os homens (3,134). Tal como destacado por Griffin *et al.* (2012), apesar de sutis as diferenças entre os gêneros, tais divergências demonstram uma maior abertura por parte das mulheres na inserção de PcD.

Também foi verificado se o gênero influencia a percepção dos discentes quanto à inserção de PcD no mercado de trabalho contábil. Apenas uma afirmação deste aspecto apresentou alguma relação com o fato de o respondente ser do gênero feminino ou masculino. Neste aspecto, a única assertiva que mostrou uma relação significativa com o gênero foi "Os escritórios contábeis devem investir em acessibilidade visando à contratação de pessoas com deficiência" ( $X^2 15,0749$ , valor-p 0,004). Tal como destacado por Duff, Ferguson e Gilmore (2007), este problema é o mais comum na hora de contratar uma PcD. No que se refere aos dados do presente estudo, constatou-se, mais uma vez que as mulheres se apresentam, sutilmente, mais sensíveis que os homens quanto à inserção de pessoas com deficiência. Tal resultado se confirma, pois a média de respostas das respondentes do gênero feminino foi maior (4,814) do que a dos respondentes de gênero

masculino (4,451).

Já no que se refere à percepção quanto à inserção de PcD no mercado de trabalho contábil, constatou-se que apenas uma afirmação recebeu a influência do fato de o estudante ter, ou não, parente PcD a saber "Contratar uma pessoa com deficiência traz uma reflexão para aqueles que estão ao seu redor sobre como é possível ultrapassar barreiras" ( $X^2 17,4071$ , valor-p 0,001). Diferentemente do que foi apontado por Griffin *et al.* (2012) e O'Connor *et al.* (2012), os estudantes que tinham familiares PcDs não foram aqueles com maior concordância nesse aspecto (média de 4,478 dos que tinham parentes PcD e média de 4,721 para os estudantes que não tinham familiares nessa condição).

Já o fato de ter estudado com PcD apresentou relação significativa apenas com uma das assertivas apresentadas no formulário de pesquisa relacionadas com o aspecto profissional a qual foi "O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais devem criar ações para uma conscientização acerca da inclusão de pessoas com deficiência na área contábil". Para esta assertiva, tem-se que os alunos que já estudaram com PcD apresentaram maior nível de concordância (média

de 4,792) do que aqueles que nunca tiveram essa mesma experiência (média de 4,372). Assim, tal como no estudo de Griffin *et al.* (2012), os respondentes que já tiveram contatos anteriores com PcD mostram-se mais sensíveis às suas necessidades. No entanto, a diferença é sutil e não é generalizada em todas as demais afirmações.

#### 4.3 Discussão dos impactos do estudo

Diante dos resultados encontrados no presente trabalho, entende-se que este proporcionou como impacto uma melhor compreensão de como estão sendo formados os contadores na região estudada quanto ao aspecto de inclusão social, o qual tem sido amplamente discutido na sociedade atual, dada às novas demandas da comunidade. A pesquisa pôde trazer informações para que os empregadores da região compreendam melhor as características dos novos profissionais de forma que levem em conta também a percepção dos candidatos às vagas de emprego quanto aos direitos das pessoas com deficiência.

A pesquisa também trouxe um panorama sobre o tema para que o Conselho Regional de Contabilidade do estado onde foi realizado o estudo crie campanhas de conscienti-

“Com base nos dados coletados, percebe-se que a proporção de alunos que se identificam com gênero masculino (82,54%) e feminino (70,46%) é bem próxima. A área contábil foi marcada, por um longo período, pela participação ativa da figura masculina que, por certo tempo, monopolizou a profissão.”

zação visando melhorar a recepção da comunidade contábil quanto à inserção de PcD, tanto no âmbito acadêmico como profissional.

Do ponto de vista de comparação com estudos anteriores, tem-se que, assim como no trabalho de Masini e Bazon (2005), foi verificado que o ambiente acadêmico favorece a inclusão social de pessoas com deficiências, proporcionando laços afetivos. No entanto, assim como na pesquisa de Belchior et al. (2017) e Duff Ferguson e Gilmore (2007), ainda há dificuldades na inserção desses indivíduos no ambiente de trabalho, dada a falta de acessibilidade nas instalações das empresas. Além disso, com base nos grupos da amostra, verificou-se que, assim como no trabalho de Griffin et al. (2012), as mulheres são mais receptivas à inclusão de PcD, bem como os estudantes que tinham familiares com algum tipo de deficiência mostraram-se mais abertos à participação de pessoas com limitações físicas no ambiente universitário e profissional, assim como aconteceu no estudo de O'Connor (2012).

Mesmo havendo semelhanças com os estudos anteriores, a pesquisa avançou no sentido de delimitar a investigação sobre a temática em uma área específica, sendo a contabilidade escolhida, a qual

não foi abordada em outras pesquisas. Também avançou por apresentar a percepção da amostra sob duas perspectivas: inserção no am-

biente acadêmico e profissional, pois, os trabalhos anteriores focavam em apenas um desses aspectos.

## 5. Conclusão

O objetivo do estudo foi verificar a percepção dos estudantes de Contabilidade quanto à inserção de PcD tanto no ambiente acadêmico como no mercado de trabalho. Para tal, realizou-se uma pesquisa do tipo *Survey* com alunos de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Sergipe, campus de Itabaiana. O questionário adotado foi analisado quantitativamente por meio da estatística descritiva e análise inferencial.

Como principais resultados constatou-se que os alunos se apresentavam receptivos quanto à inclusão de PcD no ambiente acadêmico contábil, ao mesmo tempo que enxergavam o pleno potencial de esses indivíduos atuarem no mercado de trabalho. Os discentes, em sua maioria, entendiam que a atuação do PcD no ambiente de trabalho promove um processo de reflexão para os demais colegas, além de ajudar na autoestima dos portadores de necessidades especiais, ao mesmo tempo que constrói um país mais justo.

De forma geral, os diferentes grupos da amostra apresentam a mesma percepção sobre os aspectos apontados. Diferenças sutis foram apresentadas entre os gêneros, visto que as mulheres apresentaram maior nível de disposição em interagir com PcD em sala e foram mais sensíveis à necessidade de os escritórios se adaptarem fisicamente. Por outro lado, os homens apresentaram maior nível de concordância com a seguinte afirmação: "O professor tende a deixar a matéria mais compreensível quando tem estudante portador de deficiência na classe".

Quanto ao fato de ter, ou não, familiar ou parente PcD, a única afirmação que recebeu influência dessa característica foi: "Contratar uma pessoa com deficiência traz uma reflexão para aqueles que estão ao seu redor sobre como é possível ultrapassar barreiras". Nesse caso, os discentes que não tinham familiares PcD apresentaram maior nível de concordância. Por fim, o fato de o respondente já ter estudado, ou não, com PcD impactou no nível de concordância com a seguinte afirmativa: "O Conselho Federal de Contabilidade e os Conselhos Regionais devem criar ações para uma conscientização acerca da inclusão de pessoas com deficiência na área contábil".

Como limitações da pesquisa tem-se a pequena amostra e a restrição a uma única instituição de ensino. Mas, este trabalho pôde contribuir para trazer um panorama para a universidade supracitada acerca da formação social dos seus estudantes. Além disso, permitirá que empregadores da região percebam os valores dos novos profissionais. Também fornecerá ao Conselho Regional um vislumbre dos aspectos éticos dos novéis contabilistas visando uma ampliação da discussão deste tema na região. De forma geral, o estudo contribui para evidenciar o modo como um determinado grupo social enxerga a participação de pessoas com deficiência no âmbito acadêmico e profissional, permitindo compreender melhor a visão da comunidade da região supracitada.

Como sugestão para novas pesquisas, apresenta-se a aplicação do mesmo formulário em outras instituições de ensino para a comparação dos resultados. Recomenda-se também a realização de novas pesquisas, ouvindo os alunos portadores de necessidades especiais a fim de verificar o que eles pensam sobre o tema.



## Referências

- AUAD; J.C. CONCEIÇÃO; M.I.G. Inserção social universitária: Uma investigação com base no átomo social mínimo. *Paidéia*, v.18, n.39, p.139-154, 2008.
- 
- BELCHIOR, C; SILVA, D.C.S.F; FRANCO, A.C.S; CAMARGO, A.S.S. Inclusão de deficientes físicos nos escritórios de contabilidade. *Revista Científica Eletrônica Estácio*. v.9, n.9, p. 118-126, 2017.
- 
- BRASIL. *Lei nº 8.213*, de 24 de julho de 1991. < [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm) > Acesso em : 22/10/2018.
- 
- CASTRO; B.G.S.M.; AMARAL; S.C.S.; BORGES; L.F.C. A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho: perspectivas sobre a exclusão produtiva. *Política e Gestão Educacional. Revista Online de Política e Gestão Educacional*, v.21, n.3, p. 1433-1447, 2017.
- 
- CIANTELE, A.P.C; LEITE, L.P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 22, n. 3, p. 413-428, 2016.
- 
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Profissionais Ativos nos Conselhos Regionais de Contabilidade. 2019. Disponível em: <<http://www3.cfc.org.br/spw/crcs/ConselhoRegionalAtivo.aspx>> Acesso em 13 de agosto de 2019.
- 
- Contabilidade. *CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE*. Publicado em: 08/03/2018. Disponível em: < <https://cfc.org.br/noticias/mulheres-se-destacam-por-atuacao-ecrescimento-profissional-na-contabilidade/>> Acesso em: 05/02/2019.
- 
- DUFF; A.; FERGUSON; J.; GILMORE; K. Issues concerning the employment and employability of disabled people in UK accounting firms: An analysis of the views of human resource managers as employment gatekeepers. *The British Accounting Review*, v.39, p.1538; 2007.
- 
- EMONG; P; ERON; L. Disability inclusion in higher education in Uganda: Status and strategies. *African Journal of Disability*, v.5, n.1, p. 1-11, 2016.
- 
- FELICIANO, R. Mulheres se destacam por atuação e crescimento profissional na
- 
- FOLHA DIRIGIDA. *Pessoas com deficiência conquistam espaço no mercado de trabalho*. Publicado em: 08/03/2017 < <https://folhadirigida.com.br/mercado-de->
- 
- GRIFFIN; M.; SUMMER; A.H.; MCMILLAN; E.D.; DAY; T.L; HODAPP; R.M. Attitudes Toward Including Students With Intellectual Disabilities at College. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, v.9, n.4, p. 234-239, 2012.
- 
- JESUS; G.S.; SANTOS; V.S.; LESSA; D.S.; GALVÃO; N.M.S. A Percepção dos Donos de Escritório de Contabilidade Sobre a Contratação de Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais. *28º Encontro de Iniciação Científica*, Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, Sergipe, 05 a 09 de novembro de 2018.
- 
- LEAL, L.N; THOMÉ C. Brasil tem 45,6 milhões de deficientes. *Estadão*. Publicado em: 29/06/2012 disponível em: < <https://www.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-tem-45-6milhoes-de-deficientes,893424> >. Acesso: 22/10/2018.
- 
- LEONART; A.S. A Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v.2, p.1-60, 2007.
- 
- MACIEL, C. E.; ANACHE, A. A. A permanência de estudantes com deficiência nas universidades brasileiras. *Educar em Revista*. v. 33, n. especial 3, p. 71-86, 2017.
- 
- MARTINS; A.C.M.; MITUZANI; L. Direito das Minorias Interpretado: o compromisso democrático do direito brasileiro. *Seqüência*, n. 63, p. 319-352, dez. 2011
- 
- MASINI, Elcie F. Salzano; BAZON, Fernanda Vilhena Mafra. A inclusão de estudantes com deficiência, no ensino superior. *Anais.*

Reunião Anual da Anped. Caxambu, MG: [s.n.], 2005. Disponível em: <<http://flacso.redelivre.org.br/files/2012/07/424.pdf>> Acesso em 05 de março de 2019.

---

MELO, F.R.L.V; ARAÚJO, E.R. Núcleos de Acessibilidade nas Universidades: reflexões a partir de uma experiência institucional. *Revista Psicologia Escolar e Educacional*. n. especial, p. 57-66, 2018.

---

MILLÉO; J.C. Mudanças Sociais, População e Espaço: Buscando Renovar as Bases para o Estudo dessa Relação na Contemporaneidade. *Revista Tamoios*, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 2, pág. 88-100, jul/dez. 2014.

---

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. *Censo da Educação Superior*. 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-u-Itimo/file>> Acesso em 13 de agosto de 2019.

---

MIZUTANI; L.C. Sociedades Plurais: as minorias no contexto multi/intercultural. *Direito e Práxis*, vol. 02, n. 01, p.159-180, 2011.

---

MUTANGA; O.; WALKER; M. Exploration of the academic lives of students with disabilities at South African universities: Lecturers' perspectives. *African Journal of Disability*, v.6, p. 1-9, 2017.

---

O'CONNOR; B.; KUBIAK; J.; ESPINER; D.; O'BRIEN; P. Lecturer Responses to the Inclusion of Students With Intellectual Disabilities Auditing Undergraduate Classes. *Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities*, v.9, n.4, p. 247-256, 2012.

---

SANTANA, A.P. A inclusão do surdo no ensino superior no brasil. *Journal of Research in Special Educational Needs*. v.16, n. s1, p. 85-88, 2016.

---

trabalho/especiais/pessoas-com-deficiencia-conquistam-espaco-no-mercado-de-trabalho >. Acesso em: 22/10/2018.

---

VERDÉLIO; A. Apenas 1% dos brasileiros com deficiência está no mercado de trabalho. *EBC*. Publicado em 28 de agosto de 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-08/apenas-1-dos-brasileiros-com-deficiencia-esta-no-mercado-de>> Acesso em 13 de agosto de 2019.

---

WELLICHAN, D.S.P; SOUZA, C.S. A inclusão na prática: alunos com deficiência no ensino superior. *Revista on line de Política e Gestão Educacional*. v.21, n.1, p. 146-166, 2017.

---